

This file has been cleaned of potential threats. To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

If you confirm that the file is coming from a trusted source, you can send the following SHA-256 hash value to your admin for the original file.

291750096d688f2625550e89f37d754a6767734f61080cdfb37be3bc122b5054

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 143/2022, de 21/11/2022 a 20/01/2023

Este formulário deverá ser anexado como documento de contribuição na plataforma de Consultas Públicas do site do Ministério de Minas e Energia (<https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas>), dentro do período estabelecido.

Apenas serão consideradas válidas as contribuições encaminhadas através do Portal de Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia durante o prazo de vigência da Consulta Pública. Documentos recebidos fora do padrão disponibilizado não serão priorizados na análise. A análise das contribuições recebidas será publicada posteriormente.

Contribuições para aprimoramento da minuta do Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050)

Nome: Vale S.A.

Instituição:

setor público

setor privado

organização não governamental

instituição de pesquisa/ensino

organizações sociais

outros

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Introdução	O PNM 2030	12	Importante destacar que, em face dos resultados alcançados pelo PNM 2030 e considerando a conjuntura atual, as grandes diretrizes do Plano anterior foram revistas, para dar lugar aos pilares do PNM 2050 (Figura 5). Ainda que se reconheça a necessidade de aprimorar a governança no setor mineral, não apenas a pública, mas também a privada, muitos foram os avanços alcançados na última década, restando esse aprimoramento como um objetivo a ser perseguido. Também se	Importante destacar que, em face dos resultados alcançados pelo PNM 2030 e considerando a conjuntura atual, as grandes diretrizes do Plano anterior foram revistas, para dar lugar aos pilares do PNM 2050 (Figura 5). Ainda que se reconheça a necessidade de aprimorar a governança no setor mineral, não apenas a pública, mas também a privada, muitos foram os avanços alcançados na última década, restando esse aprimoramento como um objetivo a ser perseguido. Também se reconhece como importante desafio a otimização	A agregação de valor através verticalização da produção e obtenção de um produto acabado, por exemplo, pode gerar perda de competitividade devido a custos, falta de tecnologia, infraestrutura entre outros obstáculos. A

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			reconhece como importante desafio a agregação de valor e o adensamento de conhecimento nas cadeias produtivas minerais. Entretanto, para o PNM 2050 entende-se que a promoção da competitividade e dos investimentos privados, de maneira mais ampla, é o pilar que impulsionará o desenvolvimento da indústria mineral em suas diferentes etapas. Por fim, a sustentabilidade permanece como um grande norteador das ações a serem implementadas para o desenvolvimento da mineração brasileira.	de valor na cadeia produtiva e o adensamento de conhecimento nas cadeias produtivas minerais. Entretanto, para o PNM 2050 entende-se que a promoção da competitividade e dos investimentos privados, de maneira mais ampla, é o pilar que impulsionará o desenvolvimento da indústria mineral em suas diferentes etapas. Por fim, a sustentabilidade permanece como um grande norteador das ações a serem implementadas para o desenvolvimento da mineração brasileira.	ideia de otimizar a cadeia de valor envolve otimização de processos em cada etapa da cadeia produtiva para identificação de vantagens e aumentar a competitividade da indústria mineral
PILARES DO PNM 2050	Aproveitamento dos Recursos Minerais	35	te geridas podem resultar em ganhos importantes para as comunidades envolvidas.	Excluir frase	Frase solta que deve ter ficado de uma versão anterior do documento.
Pilares do PNM	Aproveitamento dos recursos minerais	35	Sem deixar de mencionar as receitas advindas da atividade, sejam tributárias ou a título de royalties, que adequadamente geridas podem resultar em ganhos importantes para as comunidades envolvidas. que adequadamente geridas resultam em valor compartilhado com ganhos importantes para as comunidades envolvidas.	Ressaltar valor compartilhado
PILARES DO PNM 2050	Aproveitamento dos Recursos Minerais	36	É o caso, por exemplo, do aprimoramento da regulação e de procedimentos; da ampliação da oferta de áreas para pesquisa e produção; da criação de mecanismos para facilitar o acesso a financiamentos; dentre outros.	É o caso, por exemplo, do aprimoramento da regulação e de procedimentos pendentes de regulamentação infralegal ; da ampliação da oferta de áreas para pesquisa e produção; da criação de mecanismos para facilitar o acesso a financiamentos; dentre outros.	A regulamentação infralegal de temas pendentes é imprescindível para aumentar a segurança jurídica da atividade minerária (ex. agregados para construção civil,

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
					remineralizadores de solo).
PILARES DO PNM 2050	Aproveitamento dos Recursos Minerais	36	Finalmente, em face das novas demandas de socioambientais não se pode deixar de considerar o aproveitamento secundário dos recursos minerais, com foco na economia circular e nas oportunidades em torno da mineração urbana a fim de recuperar minerais por meio da reciclagem..	Finalmente, em face das novas demandas de socioambientais não se pode deixar de considerar o aproveitamento secundário dos recursos minerais, com foco, na viabilização de subprodutos , na reciclagem , na economia circular e nas oportunidades em torno da mineração urbana a fim de recuperar minerais por meio da reciclagem..	Importante maximizar os mecanismos para além do reaproveitamento de rejeitos e estéreis fomentar a identificação, utilização e viabilização de subprodutos derivados de determinada operação mineira
PILARES DO PNM 2050	Competitividade	37	Assegurar o crescimento da indústria mineral brasileira, com base no aproveitamento sustentável dos recursos minerais, está intrinsecamente relacionado à melhoria do nível de competitividade do setor. Essa melhoria deve ser pensada sob duas óticas: primeiro, em nível nacional, por meio da criação de um ambiente atrativo ao investimento privado e ao desenvolvimento de novos negócios; e segundo, em nível empresarial, estimulando as empresas a adotarem condutas que ampliem a sua competitividade e auxiliem no enfrentamento da concorrência	Assegurar o crescimento da indústria mineral brasileira, com base no aproveitamento sustentável dos recursos minerais, está intrinsecamente relacionado à melhoria do nível de competitividade do setor. Essa melhoria deve ser pensada sob duas óticas: primeiro, em nível governamental , por meio da criação políticas públicas e de um ambiente atrativo ao investimento privado e ao desenvolvimento de novos negócios e aumento da competitividade ; e segundo, em nível empresarial, estimulando as empresas a adotarem condutas que ampliem a sua competitividade e auxiliem no enfrentamento da concorrência.	A atuação dos governos, através de políticas públicas, também é fundamental para ampliar a competitividade
Pilares do PNM	Aproveitamento dos recursos minerais	37	Usufruir das vantagens do país, aprimorar a infraestrutura nacional, promover a estabilidade regulatória e a segurança jurídica, criar um ambiente de flexibilidade para	... e estimular a inovação e a capacitação de pessoas são exemplos de medidas que poderão ser adotadas nesse sentido.	Inovação e a incorporação de novas tecnologias são redundantes. Importante

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			adaptação às novas demandas e estimular a inovação e a incorporação de novas tecnologias são exemplos de medidas que poderão ser adotadas nesse sentido		falar de capacitar as pessoas em novas habilidades que serão necessárias
Pilares do PNM 50	Sustentabilidade	38	(...) Significa dizer que é fundamental um esforço dos diversos atores do setor no sentido de se alcançar os meios necessários para conciliar o crescimento econômico propiciado pela atividade com a conservação do meio ambiente e a geração de valor para as comunidades, além de garantir a observância aos direitos de povos tradicionais.	(...) Significa dizer que é fundamental um esforço dos diversos atores do setor no sentido de se alcançar os meios necessários para conciliar o crescimento econômico propiciado pela atividade com a conservação do meio ambiente e a geração de valor para as comunidades, além de garantir a observância aos direitos e especificidades de povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando os marcos regulatórios vigentes e melhores práticas internacionais.	É importante incluir os direitos de comunidades tradicionais como quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros.
Pilares do PNM	Sustentabilidade	39	com a conservação do meio ambiente e a geração de valor para as comunidades, além de garantir a observância aos direitos de povos tradicionais	com a conservação do meio ambiente e a geração de valor para as comunidades, além de garantir a observância aos direitos das partes interessadas, incluindo Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	Incluir todos e não apenas os povos tradicionais
Pilares do PNM	Sustentabilidade	39	Assim, o setor deve buscar, cada vez mais, gerar impacto social positivo, melhorar o ambiente e endereçar mudanças climáticas, além de criar valor econômico para os países e comunidades.	Assim, o setor deve buscar, cada vez mais, gerar impacto social positivo, respeitar os direitos humanos, melhorar o ambiente e endereçar mudanças climáticas, além de criar valor econômico para os países e comunidades.	Importante ressaltar o respeito aos direitos humanos independentemente de qualquer resultado que se buque.
PILARES DO PNM 2050	Sustentabilidade	40	Por fim, mas não menos importante, promover a sustentabilidade na mineração requer a definição de uma política estruturante para a	Por fim, mas não menos importante, promover a sustentabilidade na mineração requer a definição de uma política estruturante para a mineração	É necessário separar o que é informal do que é ilegal. As atividades

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			mineração artesanal e em pequena escala (MAPE), que responde por cerca de 85% das mais de 9.000 minas em operação no Brasil. O segmento, responsável por produzir, majoritariamente, agregados para a construção civil, tem como principais desafios para o desenvolvimento sustentável aspectos normativos e de formalização; incorporação de tecnologias para aumento da produtividade; manejo sustentável; economia de energia e água, redução da emissão de gás carbônico; passivo ambiental; uso do mercúrio, etc.	artesanal e em pequena escala (MAPE), que abranja, além de definições claras acerca dos que realizam mineração artesanal e em pequena escala, diferenciação daqueles que exercem atividades ilegais (tais como invasões e lavra em direitos de terceiros), efetivo combate às operações ilegais, discussões sobre aperfeiçoamento regulatório e apoio para superação das fragilidades sociais e econômicas.	ilegais são predatórias aos recursos minerais e altamente prejudicial ao meio ambiente e a sociedade, devendo ser fortemente combatido para proteger os recursos naturais da união e manter a licença social do setor de mineração. Além disso, o texto original abrange tanto a atividade de mineração artesanal e em pequena escala como a atividade garimpeira (legais ou não)
Pilares do PNM	Sustentabilidade	40	Outras questões importantes para a sustentabilidade da mineração, elencados no PNM 2050, incluem o fechamento de mina; a promoção da eficiência no uso dos recursos naturais, especialmente água e energia; e a gestão dos resíduos da atividade	Outras questões importantes para a sustentabilidade da mineração, elencados no PNM 2050, incluem o fechamento de mina; a promoção da eficiência no uso dos recursos naturais, especialmente água e energia; o respeito e a promoção dos direitos humanos nas atividades e a gestão dos resíduos da atividade.	Faltando incluir o respeito as pessoas – comunidades e empregados
Diretrizes de política	Governança Pública e Corporativa (definição ESG)	42	A internalização das práticas de ESG permite às empresas uma melhor gestão dos riscos, processos sustentáveis, mais transparência, integridade, ética nos negócios, segurança jurídica, prevenção a fraudes e corrupção,	A internalização das práticas de ESG permite às empresas uma melhor gestão dos riscos, processos sustentáveis, mais transparência, integridade, ética nos negócios, segurança jurídica, prevenção a fraudes e corrupção, combate às mudanças climáticas e à violação de	Incluir o aspecto da promoção e combate à violação dos direitos humanos

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			combate às mudanças climáticas, valorização do trabalho e ganhos de reputação.	direitos humanos , valorização do trabalho e ganhos de reputação.	
Desafios e Diretrizes Políticas	Gov Publica e Corporativa	43	Isso requer uma atuação direcionada especialmente para a promoção do fortalecimento das instituições públicas do setor mineral, da geração de dados e informações confiáveis e sua disponibilização tempestiva para o planejamento setorial; além do estímulo à adoção de práticas sustentáveis e da boa governança corporativa	Isso requer uma atuação direcionada especialmente para a promoção do fortalecimento das instituições públicas do setor mineral, da geração de dados e informações confiáveis e sua disponibilização tempestiva para o planejamento setorial; além da promoção dos direitos humanos e do estímulo à adoção de práticas sustentáveis e da boa governança corporativa.	O setor privado, de acordo com os UNGPs, precisa respeitar e promover os direitos humanos
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICAS	1. Fortalecimento das instituições públicas do setor mineral brasileiro	43	incluir	Dentre as atividades da gestão pública que necessitam fortalecimento está a capacidade dos órgãos reguladores de regulamentar e fiscalizar as atividades minerária, sobretudo aspectos de saúde, segurança e compliance regulatório. de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos por parte do empreendedor. Ampliar a redução do fardo regulatório e o uso de ferramentas para automatização de processos (Inteligência Artificial) para simplificar ações relacionadas a atos meramente burocráticos, tais como procedimentos relativos à transferência de direitos minerários.	O fortalecimento da gestão pública de direitos minerários, na figura da ANM, é fundamental para garantir o melhor aproveitamento dos recursos minerais.
Desafios e Diretrizes Políticas	Governança Publica e Corporativa	45	Nota-se, portanto, que a mineração brasileira vem reconhecendo a importância da adoção de princípios ESG em suas práticas. Se por um lado isso reflete uma tendência, por outro trata-se de um movimento ainda em seus primeiros estágios. Só com o engajamento e os	Nota-se, portanto, que a mineração brasileira reconhece a importância da adoção de princípios ESG em suas práticas, que tende a ser cada vez mais exigido por stakeholders externos. Só com o engajamento e os compromissos de agentes públicos e privados se alcançará a adoção de	ESG não é mais tendencia.

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			compromissos de agentes públicos e privados se alcançará a adoção de iniciativas sustentáveis e melhores práticas ESG, com claros benefícios para o desenvolvimento do setor mineral nacional	iniciativas cada vez mais sustentáveis e melhores práticas ESG, com claros benefícios para o desenvolvimento do setor mineral nacional.	
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICA	3. Publicação dos resultados do conhecimento geológico e da pesquisa mineral	46	O conhecimento deve estar à disposição de todos. A divulgação do conhecimento geológico e da pesquisa mineral no Brasil necessita ser ampliada e aperfeiçoada, alinhando-se com a expansão dos meios eletrônicos de comunicação. Deve-se garantir que o conhecimento geológico do território brasileiro seja colocado à disposição dos diversos atores do setor, bem como da sociedade em geral, de forma transparente e acessível. E isso inclui tanto os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo SGB-CPRM como aqueles realizados pelas empresas privadas, apresentados nos processos minerários junto à ANM.	O conhecimento deve estar à disposição de todos. A divulgação do conhecimento geológico e da pesquisa mineral no Brasil necessita ser ampliada e aperfeiçoada, alinhando-se com a expansão dos meios eletrônicos de comunicação. Deve-se garantir que o conhecimento geológico do território brasileiro seja colocado à disposição dos diversos atores do setor, bem como da sociedade em geral, de forma transparente e acessível. E isso inclui tanto os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo SGB-CPRM como aqueles realizados pelas empresas privadas, considerando áreas devolvidas para a ANM, exceção para aquelas informações sensíveis aos agentes de mercado tais como, dados técnicos ou economicamente sensíveis em termos concorrenciais e de mercado.	A exposição de dados técnica ou economicamente sensíveis pode causar prejuízos ao negócio e afetar a competitividade da empresa, potencialmente violando regulamentação concorrencial e de mercado de capitais. Sugere-se considerar apenas áreas devolvidas para ANM pois as informações de direitos minerários ativos devem permanecer confidenciais.
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICA	4. Coordenação e articulação com os estados da Federação e com os demais Poderes	46 e 47	Assim, é importante que, ademais dos mecanismos oficiais de formulação e execução de políticas públicas em âmbito federal, a exemplo do CNPM e da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (COMAPE), sejam constituídos fóruns de articulação entre os entes da Federação,	Assim, é importante que, ademais dos mecanismos oficiais de formulação e execução de políticas públicas em âmbito federal, a exemplo do CNPM, sejam constituídos fóruns de articulação entre os entes da Federação, voltados para o alinhamento e coordenação das políticas públicas para o setor mineral e para a solução de	O decreto da COMAPE (10.966/22) foi revogado pelo decreto presidencial n° 11.369 de 1° de janeiro de 2023, sendo necessário retirar esta referência

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			<p>voltados para o alinhamento e coordenação das políticas públicas para o setor mineral e para a solução de conflitos entre as diversas atividades que envolvem o uso e ocupação do solo.</p>	<p>conflitos entre as diversas atividades que envolvem o uso e ocupação do solo.</p>	
Diretrizes de política	<p>Conhecimento Geológico Desafios</p> <p>1. Ampliação do conhecimento geológico básico</p>	52	<p>Em termos de cobertura de mapeamento geológico, não obstante grande esforço tenha sido realizado, ainda existem extensas áreas do território nacional com nível de conhecimento bastante defasado ou ainda com vazios cartográficos, especialmente na Amazônia. Atualmente, em ambientes de embasamento cristalino, o saldo de mapeamento geológico nacional em territórios amazônicos é de apenas 20,5% na escala 1:100.000 e 79,2% na escala 1:250.000, enquanto nos territórios não-amazônicos a cobertura é de 72,2% e 50,3%, nas respectivas escalas. Os setores menos conhecidos representam as áreas de mais difícil acesso, com bioma preservado, que em geral englobam terras indígenas e áreas de fronteira e/ou de proteção ambiental. Medidas para o incremento desses percentuais são urgentes, com direcionamento do mapeamento na escala 1:100.000 para áreas com potencial para novas descobertas minerais e para províncias minerais e/ou distritos mineiros com potencial já comprovado. Já para áreas mais interiores da Amazônia, em geral com bioma mais preservado, assim como em áreas de bacias sedimentares, localizadas na</p>	<p>Em termos de cobertura de mapeamento geológico, não obstante grande esforço tenha sido realizado, ainda existem extensas áreas do território nacional com nível de conhecimento bastante defasado ou ainda com vazios cartográficos, especialmente na Amazônia. Atualmente, em ambientes de embasamento cristalino, o saldo de mapeamento geológico nacional em territórios amazônicos é de apenas 20,5% na escala 1:100.000 e 79,2% na escala 1:250.000, enquanto nos territórios não-amazônicos a cobertura é de 72,2% e 50,3%, nas respectivas escalas. Os setores menos conhecidos representam as áreas de mais difícil acesso, com bioma preservado, desde que respeitadas as restrições aplicáveis a terras indígenas e unidades de conservação, conforme legislação específica. Medidas para o incremento desses percentuais são importantes, com direcionamento do mapeamento na escala 1:100.000 para áreas com potencial para novas descobertas minerais e para províncias minerais e/ou distritos mineiros com potencial já comprovado. Já para áreas mais interiores da Amazônia, em geral com bioma mais preservado, assim como em áreas de bacias sedimentares, localizadas na Amazônia ou não,</p>	<p>Terra indígenas e UC de proteção integral, não deveria fazer parte do escopo da CPRM. A primeira carece de regulamentação e necessita do prévio assentimento das populações tradicionais. UCs de proteção integral não permitem atividades minerárias e o estudo deve ficar a cargo do órgão gestor.</p>

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			Amazônia ou não, faz-se importante promover o mapeamento na escala 1:250.000.	faz-se importante promover o mapeamento na escala 1:250.000.	
Diretrizes de política	<p>Conhecimento Geológico Desafios</p> <p>1. Ampliação do conhecimento de recursos minerais no mar</p>	54	<p>Portanto, em um provável cenário de avanço da mineração para novas fronteiras, visando atender, de forma sustentável e ambientalmente responsável, a crescente demanda por esses insumos, é estratégico promover o avanço no conhecimento geocientífico da PCJB, por meio de levantamentos específicos, tendo como um de seus focos a identificação de recursos minerais do leito e subsolo marinho.</p> <p>No mar profundo, o momento ainda é de análise, prospecção regional e definição de alvos para a identificação dos recursos e de seu entorno, com a delimitação da linha de base ambiental e as análises dos impactos. Integrando o Programa Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), criado em 2009, o SGB-CPRM vem executando projetos na Cordilheira Mesoatlântica, voltados aos estudos de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto e sulfetos polimetálicos</p>	<p>Portanto, em um provável cenário de avanço da mineração para novas fronteiras, visando atender, de forma sustentável e ambientalmente responsável, a crescente demanda por esses insumos, é estratégico promover o avanço no conhecimento geocientífico da PCJB, por meio de levantamentos específicos, tendo como um de seus focos a identificação de recursos minerais do leito e subsolo marinho.</p> <p>No mar profundo, o momento ainda é de análise, prospecção regional e definição de alvos para a identificação dos recursos e de seu entorno, com a delimitação da linha de base ambiental e as análises dos impactos. Integrando o Programa Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), criado em 2009, o SGB-CPRM vem executando projetos na Cordilheira Mesoatlântica, voltados aos estudos de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto e sulfetos polimetálicos.</p> <p><u>Importante salientar que o ambiente marinho é em sua maioria pouco conhecido e por esta razão nenhuma atividade de mineração deve ser permitida sem a conclusão de estudos ambientais baseados em informações cientificamente comprovadas, de forma a se definir os impactos e suas dimensões</u></p>	<p>Sem o profundo conhecimento dos impactos ambientais e suas dimensões as atividades de mineração em ambiente marinho não devem ser autorizadas, dada a sensibilidade do ambiente dos ecossistemas nesta região.</p>

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Diretrizes de política	Pesquisa e Produção Mineral	57	Um desafio importante para viabilizar a pesquisa mineral e garantir, no futuro, o suprimento adequado desses recursos diz respeito à disponibilidade de áreas para pesquisa e produção e à promoção da concorrência no setor. Nesse aspecto, é fundamental dotar a entidade reguladora do setor de condições que possibilitem dar agilidade à concessão de títulos minerários e ter uma gestão ativa destes títulos, viabilizando dinamizar a liberação de novas áreas ao empreendedor e a efetiva exploração dos direitos minerários já outorgados.	Um desafio importante para viabilizar a pesquisa mineral e garantir, no futuro, o suprimento adequado desses recursos diz respeito à disponibilidade de áreas para pesquisa e produção e à promoção da concorrência no setor. Nesse aspecto, é fundamental dotar a entidade reguladora do setor de condições que possibilitem dar agilidade à concessão de títulos minerários, inclusive com a utilização de ferramentas remotas , e ter uma gestão ativa destes títulos, estabelecendo condições para a efetiva exploração dos direitos minerários já outorgados.	Levantamentos remotos conferem maior agilidade ao trabalho e podem contribuir para dar celeridade ao trabalho da agência. A exclusão sugerida visa simplificar o entendimento.
Diretrizes de política	Pesquisa e Produção Mineral	58	Se a pesquisa mineral é a via necessária para ampliar as reservas minerais do país e viabilizar a abertura de novas minas, é fundamental implementar e dar efetividade a políticas que elevem os investimentos nessa etapa da cadeia produtiva mineral, com destaque para a promoção do financiamento à pesquisa mineral e a capacitação de empresas para a captação de recursos.	Se a pesquisa mineral é a via necessária para ampliar as reservas minerais do país e viabilizar a abertura de novas minas, é fundamental implementar e dar efetividade a políticas que elevem os investimentos nessa etapa da cadeia produtiva mineral, com destaque para a promoção do financiamento à pesquisa mineral, e a capacitação de empresas para a captação de recursos, estímulo às declarações públicas de recursos e reservas, convênios entre universidades e empresas e a ações visando celeridade do processo de licenciamento para atividades de pesquisa.	Sugerem-se algumas medidas para fomentar a pesquisa. Sobre a questão ambiental há que se pensar medidas para maior celeridade do processo, particularmente para execução de sondagens, sem promover eventual descumprimento de obrigações ambientais.
Diretrizes de política	Pesquisa e Produção Mineral - Desafios	58	Nessa linha, a oferta contínua de áreas em disponibilidade e a liberação de áreas hoje paralisadas constituem mecanismos importantes para o aproveitamento dos	Nessa linha, a oferta contínua de áreas em disponibilidade, com o fomento para pesquisa de novas áreas, constitui mecanismo importante para o aproveitamento dos recursos minerais,	O atual modelo de disponibilidade de áreas é extremamente eficiente e democrático,

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			recursos minerais, contribuindo para a promoção da concorrência no setor e, potencialmente, para a diversificação da matriz mineral do Brasi	contribuindo para a promoção da concorrência no setor e, potencialmente, para a diversificação da matriz mineral do Brasi	como demonstra o resultado das 5 primeiras rodadas. Sugere-se retirar a questão das áreas paralisadas pois é necessário investigar a razão da paralisação (ex. falta de mão de obra, questão regulatória, inviabilidade técnica econômica temporária)
Diretrizes de política	Pesquisa e Produção Mineral - 2. Estímulo à produtividade das áreas oneradas	59	Para além da oferta pública de áreas em disponibilidade pela ANM, faz-se necessário garantir que as áreas oneradas sejam efetivamente exploradas por seus titulares. Não é incomum identificar áreas tituladas que, por razões diversas, apresentam níveis de investimento muito baixos ou, até mesmo, que se encontram totalmente paralisadas. A possibilidade de que situações como essa se estendam por longos períodos atrasa o desenvolvimento do setor, ao impedir a identificação de novos potenciais e a abertura de novas minas. Para tanto, é relevante a atuação ágil e eficiente dos entes reguladores, com base em normas estáveis que, com segurança jurídica, considerem os interesses dos agentes econômicos e da sociedade e garantam a exploração efetiva e sustentável dos recursos minerais. É fundamental, portanto, a criação de incentivos regulatórios que confirmem dinamismo e promovam a	Para além da oferta pública de áreas em disponibilidade pela ANM, faz-se necessário estimular que as áreas oneradas sejam efetivamente exploradas por seus titulares. Não é incomum identificar áreas tituladas que, por razões diversas, apresentam níveis de investimento muito baixos ou, até mesmo, que se encontram totalmente paralisadas. A possibilidade de que situações como essa se estendam por longos períodos atrasa o desenvolvimento do setor, ao impedir a identificação de novos potenciais e a abertura de novas minas. Para tanto, é relevante a atuação ágil e eficiente dos entes reguladores, com base em normas estáveis que, com segurança jurídica, considerem os interesses dos agentes econômicos e da sociedade e fomentem a exploração efetiva e sustentável dos recursos minerais.	Reforçar a ideia do papel da ANM como agente de fomento e da necessidade de segurança jurídica para promoção de investimentos.

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			concorrência no setor, aumentando a produtividade do conjunto das áreas oneradas e os benefícios para a sociedade.	É fundamental, portanto , a criação de incentivos regulatórios que promovam segurança jurídica e confirmem dinamismo e promovam a concorrência no setor, aumentando a produtividade do conjunto das áreas oneradas e os benefícios para a sociedade.	
Diretrizes de política	Agregação de Valor e Transformação Mineral- Desafios – 2. Aumentar a produtividade e competitividade da indústria de transformação mineral nacional	63	Por outro lado, para aumentar a produtividade e a competitividade da indústria de transformação mineral, é preciso superar entraves que persistem no tempo, como: (i) o déficit tecnológico deste segmento nacional, que poderá ser superado com a ampliação dos investimentos públicos e privados em PD&I; e (ii) a rigidez locacional intrínseca do setor mineral e a carência de infraestrutura em algumas regiões brasileiras, capazes de inviabilizar a implantação das plantas de transformação próximas às minas, aumentando o custo do produto nacional e reduzindo a sua competitividade.	Por outro lado, para aumentar a produtividade e a competitividade da indústria de transformação mineral, é preciso superar entraves que persistem no tempo, como: (i) o déficit tecnológico deste segmento nacional, que poderá ser superado com a ampliação dos investimentos públicos e privados em PD&I; e (ii) a rigidez locacional intrínseca do setor mineral e a carência de infraestrutura em algumas regiões brasileiras, capazes de inviabilizar a implantação das plantas de transformação próximas às minas, aumentando o custo do produto nacional e reduzindo a sua competitividade. Além disso também podemos citar como desafios que precisam ser vencidos o aprimoramento de políticas públicas, sobretudo as voltadas para qualificação de mão de obra, ampliação de infraestrutura eficiente, aumento da disponibilidade de energia e atendimento às demandas e cobranças sociais.	Inclusão de desafios que representam entraves ao aumento da produtividade
Diretrizes de política	Minerais Críticos e Estratégicos - Desafios – Estímulo à expansão de	69	Ao considerar a relevância e urgência do tema, e visando reduzir vulnerabilidades e não perder as janelas de oportunidade, deve-se adotar ações para estimular e apoiar a aceleração de projetos de exploração e	Ao considerar a relevância e urgência do tema, e visando reduzir vulnerabilidades e não perder as janelas de oportunidade, deve-se adotar ações para estimular e apoiar a aceleração de projetos de exploração e produção de minerais críticos e	Ampliação do leque de possibilidades, considerando incentivos

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
	projetos em andamento		produção de minerais críticos e estratégicos, sejam eles novos ou expansões, a fim de promover a aceleração e o incremento da escala das operações planejadas. Obviamente, a tomada de decisão deverá, invariavelmente, satisfazer exigências de retorno econômico e de sustentabilidade, mas os atores públicos podem ajudar a agilizar os projetos, por meio de articulações interinstitucionais, fornecendo aprovações simplificadas, remoção de entraves burocráticos ou regulatórios e outros estímulos, quando necessários e apropriados.	estratégicos, sejam eles novos ou expansões, a fim de promover a aceleração e o incremento da escala das operações planejadas. Obviamente, a tomada de decisão deverá, invariavelmente, satisfazer exigências de retorno econômico e de sustentabilidade, mas os atores públicos podem ajudar a agilizar os projetos, por meio do fomento de investimentos através de linhas de crédito e incentivos considerando modelos de sucesso utilizados em outros países mineradores. Além disso deve se buscar articulações interinstitucionais, fornecendo aprovações simplificadas, remoção de entraves burocráticos ou regulatórios e outros estímulos, quando necessários e apropriados.	como utilizados no EUA, Austrália e Canadá.
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICAS	Mineração Artesanal e em Pequena Escala	70	A definição da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) permanece há anos como objeto de debate. A dificuldade em obter um consenso decorre das especificidades geográficas, geológicas, sociopolíticas e culturais de cada país; da relatividade do conceito de “pequena escala”; e da diversidade de tipos de operações e de substâncias minerais abrangidas. Existe, portanto, uma multiplicidade de critérios utilizados para defini-la, que variam de acordo com o objetivo a que se destina a definição.	A definição da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) permanece há anos como objeto de debate. A dificuldade em obter um consenso decorre das especificidades geográficas, geológicas, sociopolíticas e culturais de cada país e região , da relatividade do conceito de “pequena escala”; a diversidade de tipos de operações e de substâncias minerais abrangidas. Existe, portanto, uma multiplicidade de critérios utilizados para defini-la, que variam de acordo com o objetivo a que se destina a definição.	Incluído o termo região, pois podemos ter ocorrências de mineração artesanal distintas, dentro de um país, mas em regiões diferentes.
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICAS	Mineração Artesanal e em Pequena Escala	71	Inclusão	O conceito de Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) refere-se à mineração realizada por indivíduos, grupos, famílias ou	Inserir esse conceito como primeiro parágrafo da fl. 71. Trata-se do

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
				cooperativas com nenhuma ou mínima mecanização e muitas vezes operada informalmente. MAPE ocorre em todo o mundo, mas ocorre particularmente em países em desenvolvimento, onde é uma importante fonte de renda e subsistência.	conceito estabelecido no GRI (FL. 46)
Diretrizes estratégicas	Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE)	72	<p>Há, entretanto, que separar o que é informal do que é ilegal, estando a primeira sob a visão da possibilidade de formalização, dado não existirem impedimentos legais para o exercício da atividade mineral; já a segunda porque as suas formalizações esbarram em impedimentos legais, a exemplo o que acontece com os garimpos em terras indígenas e Unidades de Conservação proibitivas para a atividade.</p> <p>Nesse cenário, resta claro que o principal desafio relacionado à mineração brasileira de pequeno porte se relaciona ao seu alto grau de informalidade, sendo fundamental uma ação estruturante, por parte do poder público, que estimule a formalização no segmento, que deverá ter, como ponto de partida, a revisão do arcabouço jurídico-normativo aplicável ao segmento.</p>	<p>Há, entretanto, que separar o que é informal do que é ilegal, estando a primeira sob a visão da possibilidade de formalização, dado não existirem impedimentos legais para o exercício da atividade mineral; já a segunda porque as suas formalizações esbarram em impedimentos legais, a exemplo o que acontece com os garimpos em terras indígenas e Unidades de Conservação proibitivas para a atividade, que devem ser combatidos.</p> <p>Nesse cenário, resta claro que o principal desafio relacionado à mineração brasileira de pequeno porte se relaciona ao seu alto grau de ilegalidade e informalidade, sendo fundamental uma ação combate, por parte do poder público, que combata ações criminosas e estimule a formalização no segmento, que deverá ter, como ponto de partida, o cumprimento do arcabouço jurídico-normativo aplicável ao segmento</p>	<p>As atividades ilegais (ex. atividades em terras indígenas, invasão de áreas de terceiros - tituladas ou não) é predatória aos recursos minerais e altamente prejudicial ao meio ambiente e deve ser fortemente combatido para proteger os recursos naturais da união e manter a licença social do setor de mineração</p> <p>Não se pode afastar o problema da ilegalidade, que existe de forma ampla. A solução deste problema não deve ser mudança da lei e sem aplicação da lei e aumento da fiscalização.</p>

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Diretrizes estratégicas	Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) - Desafio 1. Aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-normativo da MAPE	74	<p>Pode-se dizer que o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-normativo das atividades minerais em pequena escala, que operam sob os regimes de Permissão de Lavra Garimpeira, nos termos da Lei nº 7.805/1990, e de Licenciamento, nos termos da Lei nº 6.567/1978, é um dos caminhos para promover melhorias no segmento, na medida em possibilitará o melhor alinhamento das legislações específicas às demais normas do setor, facilitando a sua aplicação. Outro aspecto relevante diz respeito às mudanças observadas no país nas últimas décadas, que alteraram de forma significativa o contexto econômico, social, cultural, tecnológico, etc. Diante de uma nova conjuntura, a mera interpretação das normas pode não ser suficiente para superar disposições obsoletas em face de uma nova realidade, requerendo a modernização do arcabouço jurídico normativo da MAPE.</p> <p>O aperfeiçoamento das leis e normas aplicáveis à MAPE possibilitará revisar conceitos e critérios à luz das práticas atuais do segmento e dos problemas enfrentados, cujos desdobramentos, de ordem econômica, social e ambiental, vêm trazendo prejuízos à sociedade brasileira.</p> <p>Nesse sentido, aprimorar as normas que regem a MAPE no Brasil poderá contribuir para a estruturação de uma política pública que dê</p>	<p>Pode-se dizer que o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-normativo das atividades minerais em pequena escala, que operam sob os regimes de Permissão de Lavra Garimpeira, nos termos da Lei nº 7.805/1990, e de Licenciamento, nos termos da Lei nº 6.567/1978, é um dos caminhos para promover melhorias no segmento, na medida em possibilitará o melhor alinhamento das legislações específicas às demais normas do setor.</p> <p>O aperfeiçoamento das leis e normas aplicáveis à MAPE possibilitará revisar conceitos e critérios à luz das práticas atuais do segmento e dos problemas enfrentados, cujos desdobramentos, de ordem econômica, social e ambiental, vêm trazendo prejuízos à sociedade brasileira.</p> <p>Nesse sentido, aprimorar as normas que regem a MAPE no Brasil poderá contribuir para a estruturação de uma política pública que dê suporte ao desenvolvimento sustentável e responsável desse segmento, podendo ser uma via de simplificação de procedimentos, combatendo a ilegalidade, reduzindo entraves ao processo de formalização e criando mecanismos mais eficientes de promoção de responsabilidade social e de melhoria de condições sociais, de saúde e de trabalho das comunidades envolvidas.</p>	<p>As atividades ilegais (ex. atividades em terras indígenas, invasão de áreas de terceiros - tituladas ou não) é predatória aos recursos minerais e altamente prejudicial ao meio ambiente e deve ser fortemente combatido para proteger os recursos naturais da união e manter a licença social do setor de mineração</p>

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			<p>suporte ao desenvolvimento sustentável e responsável desse segmento, podendo ser uma via de simplificação de procedimentos, reduzindo entraves ao processo de formalização e criando mecanismos mais eficientes de promoção de responsabilidade social e de melhoria de condições sociais, de saúde e de trabalho das comunidades envolvidas.</p>		
Diretrizes estratégicas	Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) - Desafio 2. Ampliação da formalização da MAPE	72 e 73	<p>2. Ampliação da formalização da MAPE</p> <p>A informalidade que permeia o segmento da MAPE resulta, em geral, de decisões conscientes tomadas pelos mineradores. Por diversas razões, eles optam por não atender ou atender parcialmente às exigências da formalização. Por esse motivo, são reduzidas as chances de que os atores do setor optem pela formalização de forma espontânea, sem a adoção de medidas efetivas do poder público que ajudem a quebrar o ciclo de continuidade da informalidade.</p> <p>Um fator decisivo para a atuação do poder público no processo de formalização é o custo que a informalidade representa para a administração pública, com a necessidade de investimentos em fiscalizações mais intensivas, recuperação de áreas degradadas, tratamento de saúde de mineradores portadores de doenças ocupacionais, entre outros, além da perda em arrecadação de tributos.</p>	<p>2. Combate à Ilegalidade e Ampliação da formalização da MAPE</p> <p>A atividade de lavra ilegal, que não deve ser confundida com a MAPE, resulta, em geral, de decisões conscientes de agentes criminosos que optam por não atender às exigências legais, procurando beneficiar-se de eventuais alterações na legislação mineral e ambiental, trazendo prejuízos às comunidades, aos entes governamentais e ao setor produtivo em geral . Por esse motivo, é necessária a adoção de medidas efetivas do poder público para quebrar o ciclo de continuidade da ilegalidade.</p> <p>Uma efetiva ação de fiscalização é necessária, sendo seu custo irrisório perante os prejuízos causados pela ilegalidade tais como recuperação de áreas degradadas, tratamento de saúde de mineradores portadores de doenças ocupacionais, entre outros, além da perda em arrecadação de tributos.</p>	<p>As atividades ilegais (ex. atividades em terras indígenas, invasão de áreas de terceiros - tituladas ou não) é predatória aos recursos minerais e altamente prejudicial ao meio ambiente e deve ser fortemente combatido para proteger os recursos naturais da união e manter a licença social do setor de mineração</p>

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			Muitos diagnósticos financiados com recursos públicos da União ou dos estados já foram feitos, todos eles se reportando às mesmas fragilidades socioambientais deste segmento, empecilhos à maior formalização e relatando os mesmos problemas: (i) baixa inserção tecnológica; (ii) mão de obra sem qualificação técnica; (iii) alto nível de informalidade; e (iv) dificuldade de acesso ao crédito.	Muitos diagnósticos financiados com recursos públicos da União ou dos estados já foram feitos, todos eles se reportando às mesmas fragilidades socioambientais deste segmento, empecilhos à sua legalização e maior formalização e relatando os mesmos problemas: (i) baixa inserção tecnológica; (ii) mão de obra sem qualificação técnica; (iii) alto nível de informalidade; e (iv) dificuldade de acesso ao crédito (v) diversos níveis de ilegalidade (ex, trabalhista, minerária, ambiental).	
DESAFIOS E DIRETRIZES DE POLÍTICAS	Mineração Artesanal e em Pequena Escala	73	Nesse cenário, resta claro que o principal desafio relacionado à mineração brasileira de pequeno porte se relaciona ao seu alto grau de informalidade, sendo fundamental uma ação estruturante, por parte do poder público, que estimule a formalização no segmento, que deverá ter, como ponto de partida, a revisão do arcabouço jurídico-normativo aplicável ao segmento.	Nesse cenário, resta claro que o principal desafio relacionado à MAPE no Brasil é inovar nos campos legais e regulatórios, que devem ser acompanhadas de modificações profundas nas práticas de planejamento e apoio social e econômico aos indivíduos, grupos, associações, cooperativas e empresas que atuem com as atividades artesanais e de pequena escala, diferenciando-a e protegendo-a de grupos criminosos que praticam lavra ilegal.	Precisamos enfatizar o desafio de que sejam realizadas modificações profundas de planejamento social
Diretrizes de política	1. Revisão do arcabouço jurídico-normativo da MAPE	73	É necessário, portanto, que uma tarefa de revisão busque o aperfeiçoamento normativo a partir de uma compreensão da estratificação do segmento, suas demandas e os desafios associados. Nessa linha, o estabelecimento de novos critérios de operação e a simplificação de procedimentos para os pequenos mineradores poderá ser uma via de facilitação do processo de formalização, sem que isso signifique a flexibilização de suas obrigações	É necessário, portanto, que uma tarefa de revisão busque o aperfeiçoamento normativo a partir de uma compreensão da estratificação do segmento, suas demandas e os desafios associados. Nessa linha, o estabelecimento de novos critérios de operação e a simplificação de procedimentos para os mineradores poderá ser uma via de facilitação do processo de formalização, sem que isso signifique a flexibilização de suas obrigações legais,	A simplificação precisa ser para todos.

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			legais, especialmente em termos de responsabilidade socioambiental.	especialmente em termos de responsabilidade socioambiental.	
Diretrizes de política	3. Ampliação do acesso ao crédito à MAPE	74	O acesso ao crédito aparece como peça fundamental para expansão ou mesmo para a sobrevivência desses empreendimentos, mas, diferentemente do pequeno produtor rural, os diagnósticos realizados até aqui apontam que para os pequenos produtores minerais não existem programas específicos de crédito. O microcrédito, por exemplo, é oferecido por diversas instituições financeiras para qualquer empreendimento, mas continuam sendo inacessíveis para os pequenos produtores minerais. Assim como o extensionismo mineral, uma atuação governamental nesse sentido é fundamental para superar um desafio tão importante como a ampliação da formalização da MAPE. A oferta de crédito para financiar o desenvolvimento da mineração em pequena escala pode, inclusive, estimular a formalização dos pequenos empreendimentos e a sustentabilidade social e ambiental.	O acesso ao crédito aparece como peça fundamental para expansão ou mesmo para a sobrevivência desses empreendimentos, mas, diferentemente do pequeno produtor rural, os diagnósticos realizados até aqui apontam que para os pequenos produtores minerais não existem programas específicos de crédito. O microcrédito, por exemplo, é oferecido por diversas instituições financeiras para qualquer empreendimento, mas continuam sendo inacessíveis para os pequenos produtores minerais. Assim como o extensionismo mineral, uma atuação governamental nesse sentido é fundamental para superar um desafio tão importante como a ampliação da formalização da MAPE, desde que não associada a atividades ilegais, as quais devem ser combatidas. A oferta de crédito para financiar o desenvolvimento da mineração em pequena escala pode, inclusive, estimular a formalização dos pequenos empreendimentos, que não estejam envolvidos em atividades ilegais, e a sustentabilidade social e ambiental.	As atividades ilegais (ex. atividades em terras indígenas, invasão de áreas de terceiros - tituladas ou não) é predatória aos recursos minerais e altamente prejudicial ao meio ambiente e deve ser fortemente combatido para proteger os recursos naturais da união e manter a licença social do setor de mineração
Diretrizes de política	Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE)	74	Não há.	4. Extensão das políticas de proteção social Para que as diretrizes políticas voltadas para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE) tenham maior chance de sucesso, deve-se prever medidas prévias para que as	Devido a fragilidade de alguns grupos sociais, é improvável que, em médio prazo, seja possível o acesso a extensionismo ou

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
				populações ligadas a essas atividades tenham condições de usufruir destas propostas. Desta forma, será necessário a implementação de políticas e ações de assistência e seguridade social a essas pessoas, de modo que as populações vulneráveis envolvidas com a MAPE tenham suporte em políticas públicas para sua proteção social promovidas pelo poder público.	sistemas de crédito, sendo necessário a ação do poder público de suporte social a esses grupos (transferências de renda, apoio social, habitacional, de saúde, educação etc.)
Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineradores	Melhoria da qualidade do gasto público, com reflexo nos indicadores sociais municipais	77	espera-se que os municípios sejam capazes de potencializar os impactos positivos, maximizando para a sociedade os benefícios dela advindos e priorizando a aplicação dos recursos em ações de relevância social, por exemplos, nas áreas de saúde, educação, cultura, infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, o que irá se refletir, conseqüentemente, na melhoria dos seus indicadores sociais.	espera-se que os municípios sejam capazes de potencializar os impactos positivos, maximizando para a sociedade os benefícios dela advindos e priorizando, com participação e controle social , a aplicação dos recursos em ações de relevância social, por exemplos, nas áreas de saúde, educação, cultura, infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, o que irá se refletir, conseqüentemente, na melhoria dos seus indicadores sociais, que devem ser desenvolvidos e mensurados pelo poder executivo local .	Incluir aspectos relacionados aos indicadores sociais, investimentos e geração de valor compartilhado
Diretrizes estratégicas	2. Reconhecimento da CFEM como um "Royalty da Comunidade"	77	Com base nessa medida, deve-se promover ações para assegurar que as comunidades passem a conhecer a receita e reconhecer a atividade econômica responsável por gerá-la, além de atuarem como fiscalizadores da sua utilização, exigindo do poder público a melhor aplicação.	Com base nessa medida, o município deve-se promover ações para assegurar instrumentos de participação e controle social às comunidades locais e tradicionais para que passem a conhecer a receita e reconhecer a atividade econômica responsável por gerá-la, além de atuarem como fiscalizadores da sua utilização, exigindo do poder público a melhor aplicação.	A criação e ampliação de mecanismos de participação social de forma institucionalizada contribui para dar mais legitimidade à atividade minerária nos territórios.
Desafios e Diretrizes Políticas	Responsabilidade Socioambiental	79	Os desafios de promover a sustentabilidade no setor passam pela identificação de oportunidades verdes e inclusivas, com	Os desafios de promover a sustentabilidade no setor passam pela identificação de oportunidades verdes que respeitem os direitos humanos , com	Respeitar os direitos humanos engloba

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			destaque para a resiliência da mineração e o desenvolvimento social.	destaque para a resiliência da mineração e o desenvolvimento social.	práticas inclusivas e outras também.
Diretrizes de política	Responsabilidade Socioambiental Desafio 2. Gestão de Resíduos e Economia Circular	80	A disposição final, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos da mineração constituem tema cada vez mais importante dentro da sociedade brasileira, o que demanda o desenvolvimento de novos produtos e usos alternativos desses resíduos, aumentando a sustentabilidade do setor e abrindo novos mercados, com oportunidades de geração de valor para a cadeia produtiva da mineração e da transformação mineral. Destaca-se entre as ações para ter um aproveitamento integrado de descarte da mineração e seus resíduos, a realização de inventário de resíduos de mineração, que é fundamental para o aproveitamento destes como fonte de insumos. Com o inventário é possível conhecer e caracterizar a geração, o acondicionamento, o armazenamento e a destinação final dos resíduos de mineração; e subsidiar o desenvolvimento de políticas de atuação caracterizada pela prevenção, ou seja, pela redução da produção de resíduos, reutilização e reciclagem.	A disposição final, gestão e gerenciamento de frações não aproveitadas do minério ou de resíduos sólidos da mineração, constituem tema cada vez mais importante dentro da sociedade brasileira, o que demanda o desenvolvimento de novos produtos e usos alternativos desses resíduos, aumentando a sustentabilidade do setor e abrindo novos mercados, com oportunidades de geração de valor para a cadeia produtiva da mineração e da transformação mineral. Destaca-se a necessidade da realização de inventário de produtos e resíduos de mineração, que é fundamental para o aproveitamento destes como fonte de insumos. Com o inventário é possível conhecer e caracterizar a geração, o acondicionamento, o armazenamento e a destinação destes materiais; e subsidiar o desenvolvimento de políticas de atuação caracterizada pela prevenção, ou seja, pela redução da produção de resíduos, reutilização e reciclagem.	Introduzir o conceito de Frações não Aproveitadas, como substâncias que necessariamente não são resíduos, mas que também precisam ser adequadamente dispostos para aproveitamento posterior
Desafios e Diretrizes Políticas	Responsabilidade Socioambiental	81	Um aspecto importante no contexto da mineração diz respeito à realização da atividade em áreas cujas condições socioambientais podem ser consideradas especiais, em virtude da necessidade de proteção de outros interesses, como a	Um aspecto importante no contexto da mineração diz respeito à realização da atividade em áreas cujas condições socioambientais podem ser consideradas especiais, em virtude da necessidade de proteção de outros interesses, como a conservação dos recursos biológicos e a	Trazer o conceito da vulnerabilidade.

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
			conservação dos recursos biológicos e a proteção das comunidades envolvidas ou potencialmente afetadas pela atividade.	proteção de comunidades mais vulneráveis envolvidas ou potencialmente afetadas pela atividade.	
Diretrizes de política	Aperfeiçoamento da regulamentação e garantias de recursos financeiros para o fechamento de mina	82	Não há.	A partir da verba advinda do CFEM, os municípios devem ser instruídos tecnicamente para criação de fundos com o objetivo de promoção do desenvolvimento local e diversificação da atividade econômica, uma vez que ocorra o esgotamento das reservas minerais que é um recurso natural finito.	Esse processo também é de responsabilidade dos municípios e não somente das empresas mineradoras.
Diretrizes de política	3. Desenvolvimento de ações para aprimorar a segurança das estruturas de mineração	83	Dessa forma, é de grande relevância considerar, desde a etapa de projeto, os benefícios do planejamento de uso futuro, por meio da adoção de tecnologias que mitiguem os efeitos ambientais das atividades de mineração e contribuam para a estabilidade geotécnica das estruturas.	Dessa forma, é de grande relevância considerar, desde a etapa de projeto, os benefícios do planejamento de uso futuro, por meio da adoção de tecnologias que mitiguem os efeitos ambientais das atividades de mineração e contribuam para a estabilidade geotécnica das estruturas. <i>Recomenda-se que as práticas estejam alinhadas ao Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos (GISTM, na sigla em inglês)</i>	Como padrão global, o GISTM engloba, inclusive, os aspectos sociais relacionados à gestão de rejeitos.
Diretrizes de política	6. Desenvolvimento sustentável da mineração em terra indígena	85	Assim, haja vista que o tema se encontra em discussão no âmbito do parlamento brasileiro, faz-se necessário avançar com a regulamentação do processo de oitiva das comunidades indígenas, em linha com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É necessário assegurar que esse processo ocorra de forma horizontal (...)	Assim, haja vista que o tema se encontra em discussão no âmbito do parlamento brasileiro, faz-se necessário avançar com a regulamentação do processo de oitiva das comunidades indígenas, em linha com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). <i>A mineração em Terras Indígenas só poderá ocorrer mediante o Consentimento Livre, Prévio e Informado dos próprios indígenas e a partir do</i>	Reforçar aderência às melhores práticas internacionais a respeito do tema

CAPÍTULO	ITEM	PÁG	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
				marco regulatório que observe a participação e autonomia dos povos indígenas. É necessário assegurar que esse processo ocorra de forma horizontal (...)	
Desafios e Diretrizes Políticas	Percepção Social e Comunicação	86	Soma-se a isso um passado de danos e passivos ambientais, em uma época em que a gestão e o controle da atividade pelo poder público não estavam bem estabelecidos. Merece menção, ainda, uma visão de que aspectos de grande relevância como segurança do trabalho, respeito às comunidades e proteção ambiental seriam pouco considerados pelas empresas do setor...	Soma-se a isso um passado de danos e passivos socioambientais, em uma época em que a gestão e o controle da atividade pelo poder público não estavam bem estabelecidos. Merece menção, ainda, uma visão de que aspectos de grande relevância como segurança do trabalho, respeito aos direitos humanos e proteção ambiental seriam pouco considerados pelas empresas do setor...	Respeito aos direitos humanos vai além do respeito às comunidades e abrange essas.
Diretrizes de política	Promoção do diálogo com as comunidades locais, representantes do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e formadores de opinião	88	O diálogo com representantes do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, além de formadores de opinião, é uma via para nivelar o conhecimento sobre o setor e, quando necessário, sobre projetos estratégicos.	O diálogo com representantes do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, além de formadores de opinião e representantes das comunidades locais e tradicionais (se estiverem na área de abrangência), é uma via para nivelar o conhecimento sobre o setor e, quando necessário, sobre projetos estratégicos. Nesse sentido, pode-se prever/estabelecer a criação de instâncias de diálogo e de governança para engajamento e articulação dos diferentes atores.	Sugestão de criação de mecanismos que institucionalizem o diálogo e, quando necessário, espaços de concertação.

* Para que seja possível identificar todas as sugestões, não há limite de linhas. Caso necessário, favor incluir mais linhas para suas sugestões.